No dia 25 de novembro se comemora o dia Internacional para a Eliminação da Violência contra a mulher. Essa data data foi criada pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), em homenagem às irmãs Pátria, Minerva e Maria Tereza, militantes contra a ditadura de Rafael Leônidas Trujillo, na República Dominicana. Traz a tona o debate sobre as violências que as mulheres são submetidas diariamente.

Comumente, se costuma associar violência apenas à violência física, mas ela pode ser manifestada de diferentes formas. Existe ainda a violência psicológica, sexual e patrimonial. E, embora esse mecanismo pareça difícil de se perceber em um primeiro momento, uma costuma seguir a outra, se associar à outra. A violência psicológica é o ponta pé para violência física, através de restrições e construções depreciativas sobre a vítima que a levam a acreditar no merecimento de um eventual castigo ou limitação no futuro. Com a autoimagem prejudicada, a vítima fica em situação de vulnerabilidade, facilitando a violência patrimonial, além de que, com a autoestima desestabilizada, a segurança com a sexualidade também pode ser afetada, ocasionando situações em que o consentimento muitas vezes é deturpado ou manipulado, o que também pode configurar violência sexual. É como um efeito borboleta, em que uma situação vai dando espaço para outra acontecer e, em uma sociedade que culturalmente naturaliza essas etapas, fica ainda mais difícil da vítima romper com o silêncio e reconhecer no que está envolvida.

Ainda que, desde 2015, o feminicídio seja considerado homicídio qualificado (ou seja, o tempo mínimo e o tempo máximo de pena são aumentados), segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), a taxa de feminicídio no Brasil é a quinta maior do mundo, sendo de 4,8 para 100 mil mulheres. Além disso, segundo os dados do Atlas da Violência, 68% das vítimas de vítima de violência sexual atendidas pelo Sistema Único de Saúde (SUS), no Brasil, são menores de idade. Em quase 55% dos casos a vítima conhecia o agressor. Esses dados mostram como a violência contra a mulher ainda está enraizada na nossa cultura e como, infelizmente, ainda está bastante distante de ser exceção.

Sobre o estupro, é importante salientar que a violência sexual contida no Código Penal não faz menção apenas à conjunção carnal forçada, mas à prática de ato libidinoso (sexual) sem o consentimento da vítima. Portanto, não há que se limitar o estupro apenas à penetração. Além disso, de acordo com uma lei recente sancionada pelo Presidente do

Supremo Tribunal Federal (STF), não é mais necessário a anuência ou presença da vítima para a denúncia de estupro, de modo que terceiros também podem fazê-lo.

Caso você passe algum tipo desses violências ou conheça alguém que passe, denuncie! Ligue para o número 180 (Central de Atendimento à Mulher) ou procure a delegacia mais próxima.